

## RESENHA

# CLAPP, J. & ISAKSON, S. R. SPECULATIVE HARVESTS: FINANCIALIZATION, FOOD AND AGRICULTURE

Halifax: Fernwood Publishing, 2018. 182p. ISBN: 978-1-77363-023-6.

Recebido em 02/04/2020  
Aprovado em 03/05/2020

Jennifer Clapp e S. Ryan Isakson propõem uma espécie de “desmistificação” do papel da financeirização sobre temas aparentemente desconectados, como a volatilidade nos preços dos alimentos, o *land-grabbing*, a concentração do poder corporativo, a insegurança ambiental e social dos novos modos de produção agrícola, a homogeneização tecnológica e a perda da autonomia de produtores e consumidores. A ligação entre o mercado financeiro e o sistema alimentar não é de fácil compreensão, portanto, o uso de uma linguagem mais simples e exemplos concretos são os principais “trunfos” utilizados pelos autores para tornar palatável o diagnóstico político e econômico sobre as novas dinâmicas do setor agroalimentar. Nesse sentido, o livro *Speculative Harvets: financialization, food and agriculture* insere-se em um conjunto de obras contemporâneas da Economia Política Internacional que mostram como os problemas relacionados à segurança alimentar extrapolam e muito a questão da produção de gêneros alimentícios e do poder de compra dos indivíduos, relacionando-se com dinâmicas complexas que envolvem, inclusive, o funcionamento do sistema financeiro internacional, regras específicas de comércio e propriedade intelectual.

Logo no primeiro capítulo são apresentados os grandes objetivos do livro. São eles: examinar os mecanismos de financeirização que transformam componentes do setor agrícola em ativos e arenas de investimento; evidenciar como companhias agroalimentares usam instrumentos financeiros sofisticados para aumentar seus rendimentos e lucros; e

IGOR PALMA BARBOSA

Bacharel em Relações Internacionais e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (PPGCPR/UFPB).

E-mail: [igorpalma12@gmail.com](mailto:igorpalma12@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6293-1279>

documentar e examinar a participação e o escopo de diferentes atores nas mudanças recentes do sistema agroalimentar. O ponto central dos autores é demonstrar como a guinada do capital financeiro no final dos anos 1970, ascendendo como grande protagonista no processo de acumulação, agrega às relações agroalimentares novas dimensões e tensões, como o aumento da desigualdade entre diferentes setores e locais de produção, aumento das fragilidades socioeconômicas e ecológicas, bem como torna mais difícil a ação de movimentos de resistência por meio da ação coletiva.

Nos segundo e terceiro capítulos é evidenciado o papel dos derivativos nos processos de troca, especulação e custos no sistema agroalimentar. Esses produtos financeiros geram certa segurança aos negociadores em função da garantia dos preços das *commodities* em níveis específicos, mesmo em momentos de eventual superprodução. Com o enfraquecimento da regulação estatal sobre esses instrumentos a partir dos anos 1980, os derivativos passaram a ser utilizados pelos acionistas para fins de especulação. Um exemplo disso é a ação dos contratos de futuro, que representam transações a partir de valores especulados para uma data limite e condicionalidades específicas, não garantindo a efetuação da troca de mercadorias. A capacidade de manuseio sobre os riscos desses investimentos, no entanto, não se dá de forma equilibrada entre os participantes do sistema. Segundo os autores, a adição do capital financeiro, para além das fragilidades naturais de qualquer atividade agrícola, onera o pequeno agricultor ao impor a necessidade de adaptação forçada de suas culturas tradicionais aos modelos industriais capitalizados pelo mercado financeiro.

Esse processo de transformação para uma agricultura industrial favorece os grandes produtores e a concentração fundiária de terras. Com a maior produtividade alcançada pelas novas tecnologias, acelera-se um processo denominado pelos autores como uma das principais motivações da “corrida por terras” por parte dos grandes financistas. O quarto capítulo se dedica especificamente a essa questão. Com a crise de 2008 e a percepção da vulnerabilidade do setor imobiliário, o mercado global de *commodities* se

transforma em ambiente propício com a promessa de retornos mais seguros, tendo em vista a questão da produtividade da terra e da alta nos preços dos alimentos nesse mesmo período. Em virtude disso, e aliado aos novos instrumentos financeiros, diversos atores – bancos de investimento, fundos *hedge*, firmas comerciais e até mesmo instituições privadas de ensino superior – passaram a investir na compra de terras globalmente.

Para além do impacto ambiental deixado pelas monoculturas, como o processo de erosão do solo e aumento do desmatamento, o impacto social relacionado à segurança alimentar e à seguridade trabalhista também se relaciona com os progressos financistas. Em seu quinto capítulo, os autores comprovam o crescimento da influência do setor privado, aliado aos novos instrumentos financeiros, no processo de concentração de poder quase oligopolista nas mãos de grandes corporações. A rentabilidade da produção dos biocombustíveis também serviu como outro atrativo para o envolvimento de fundos de pensão e ações ligadas ao setor agroalimentar que se direcionaram para empresas preocupadas com técnicas industriais de melhoramento agrícola, como a indústria de pesticidas, maquinários e sementes com aprimoramento genético. O impacto sobre os preços age no sentido de diminuir o poder de compra dos produtores e consumidores, tornando ainda mais difícil o acesso ao alimento. O novo controle varejista sobre os processos de criação, produção, distribuição e consumo contribuem nesse sentido na medida em que lucros são aumentados à custa da precarização do trabalho e alienação financeira a partir da oferta de serviços financeiros como linhas de crédito especiais.

Por fim, os dois últimos capítulos do livro afirmam a necessidade de se voltar a fortalecer o papel do Estado sobre as atividades financeiras a fim de garantir a autonomia e segurança alimentar de agricultores e consumidores. Tais iniciativas, no entanto, têm encontrado forte resistência do setor privado aliado a instituições financeiras, ao passo que elas ainda buscam a abertura de novos mercados de altos rendimentos especulativos. Um exemplo importante foi a tentativa de impor limites ao capital financeiro no

setor de alimentos nos Estados Unidos. O ato Dodd-Frank para reforma de Wall Street e proteção ao consumidor de 2010 representou uma das iniciativas para limitar a ação do capital especulativo sobre o setor agroalimentar. O fracasso se deu em função da ação de coalizões e *lobbies* das grandes corporações alinhadas a esse setor no Congresso americano. No cenário internacional, ações conjuntas de diversas organizações também encabeçaram esse processo de resistência às especulações financeiras. O documento “Princípios para Investimento Agrícola Responsável que respeite Direitos, Vidas e Recursos” (PRAI), acordado pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), propõe-se a garantir o reconhecimento de direitos naturais da terra, o fortalecimento da segurança alimentar, promoção de maior transparência nos processos de aquisição de terras, garantia da viabilidade econômica e de impactos sociais e ambientais positivos. Por não apresentar caráter obrigatório, muito do que foi acordado não se viabilizou na prática.

Nos parágrafos finais os autores reforçam a necessidade da ação coletiva para serem revertidos os impactos do capital financeiro na vida dos produtores rurais. Como parte de seu manifesto político, eles indicam a necessidade de se estabelecer um diálogo mais aberto para conscientizar as populações sobre os efeitos da financeirização e “desmistificar” a complexidade dos instrumentos financeiros. Em segundo lugar, a sociedade civil e movimentos sociais devem fortalecer os laços junto ao Estado e organizações internacionais a fim de pressionar por mais regulação. Por fim, devem ser fortalecidos os trabalhos de conscientização e popularização de sistemas alimentares alternativos ligados ao pequeno agricultor, como a agroecologia, a economia solidária e os bancos sociais.

Em síntese, o livro contribui para tornar mais claro o peso do setor privado, especialmente do sistema financeiro, em decisões relacionadas à segurança e soberania alimentar e para o fortalecimento da agenda de pesquisa ligada

ao estudo dos regimes alimentares internacionais. Diálogos podem ser traçados diretamente com o argumento do Philip McMichael sobre a constituição de um “Terceiro Regime Alimentar” comandado pelas grandes corporações, conforme abordado em seu livro *“Food Regime and Agrarian Questions”* (2013). Também é possível estabelecer pontes com outro livro da Jennifer Clapp, intitulado *“Food”* (2012), no qual se traça a influência de diversos setores, como as regras do comércio internacional, do setor privado corporativo e da financeirização, nas relações constituintes entre produtor e consumidor dos alimentos. Outra conexão que pode ser feita a partir do livro consiste na percepção do papel de um Complexo de Regimes que se traça para a promoção da segurança alimentar e nutricional no pós-Guerra Fria, com a participação de instituições ligadas à ONU, à Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao setor privado, explanado por Matias Margulis em seu artigo “The Regime Complex for Food Security: Implications for the Global Hunger Challenge”, publicado em 2013 pela Global Governance. Por fim, o seu manifesto político pode servir de importante instrumento para auxiliar governantes, ativistas e organizações sociais na proposição de políticas públicas para enfrentar os novos desafios colocados à segurança alimentar.

## Referências

CLAPP, J. & ISAKSON, S. R. *Speculative Harvests: financialization, food and agriculture*. Halifax: Fernwood Publishing, 2018.

CLAPP, Jennifer. *Food*. Cambridge: Polity Press, 2012.

MARGULIS, Matias E. "The Regime Complex for Food Security: implications for the Global Hunger Challenge", *Global Governance*, v.19, n. 1, p. 53-67, 2013.

MCMICHAEL, Philip. *Food Regimes and Agrarian Questions*. Nova Scotia: Fernwood Publishing, 2013.